

CONTRATO CEDAE N.º 146 /2018 (DF)

que entre si celebram a **COMPANHIA
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS –
CEDAE** e a **KATRIUM INDÚSTRIAS
QUÍMICAS S/A.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **KATRIUM INDÚSTRIAS QUÍMICAS S/A**, sediada na Estrada João Paulo, nº 530, Parte, Honório Gurgel, Rio de Janeiro - RJ, CEP nº 21.512-002, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.789.998/0002-55, neste ato, por meio de seus Diretores ao final assinados, Sr. JOÃO CESAR SCHWARZ DE FREITAS, brasileiro, portador do RG nº 04.311.079 (CRQ-4ª região), inscrito no CPF sob o nº 032.106.638-31, residente e domiciliado na Rua Itaguá, nº 148, Bloco 01, apt. 403, Taquara, Rio de Janeiro - RJ e Sr. ANDERSON AZEVEDO DE LOPES ASSUMPCÃO, brasileiro, portador do RG nº 094.856.721 (IFP/RJ), inscrito no CPF sob o nº 035.164.847-05, residente e domiciliado na Rua Geminiano Gois nº 151, Bloco 01, Apt. 202, Freguesia, Jacarepaguá, Rio de Janeiro - RJ, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo nº **E-07/100.773/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 370/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Decreto Estadual nº 42.063/2009, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente **CONTRATO** tem por objeto a aquisição de **"AQUISIÇÃO DE CLORO LIQUEFEITO EM CILINDROS E CARRETAS PARA AS ETAS GUANDU, LARANJAL, TUNEL IV E INTERIOR"**.

Item	Descrição	Quantidade (kg)
02	Cloro Liquefeito em Carreta	7.380.000

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a necessidade da **CEDAE** seja inferior à quantidade estimada de utilização do produto, considerar-se-á concluído o objeto ao final do prazo de vigência do contrato, ainda que haja saldo do produto a ser entregue, ressalvadas as situações previstas nos parágrafos primeiro e segundo da cláusula segunda.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de conclusão do objeto contratado sem entrega total da quantidade estimada do produto, conforme descrito no parágrafo primeiro, o contratado fará jus apenas ao recebimento do valor proporcional à quantidade efetivamente entregue.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, sendo a entrega fracionada conforme previsto no Termo de Referência (Anexo II do Edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Admite-se a prorrogação do contrato se, ao final do prazo de vigência, ainda houver quantidade de produto a ser entregue, e desde que demonstrada a vantajosidade para a **CEDAE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Admite-se, ainda, a prorrogação do contrato no caso de acréscimo quantitativo de seu objeto, na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que demonstrada a vantajosidade para a **CEDAE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do **Pregão Eletrônico nº 370/2018** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.
- e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propostos à **CEDAE** ou terceiros.

g) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 33.90.30.21
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110207
Centro de Custos: DP22020000
ID da Reserva Orçamentária: 2018001089

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 21.992.400,00 (vinte e um milhões, novecentos e noventa e dois mil e quatrocentos reais)**.

Item	Descrição	Quant. (kg)	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
02	Cloro Liquefeito em Carreta	7.380.000	2,980	21.992.400,00
TOTAL:				21.992.400,00

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da **CEDAE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os

materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

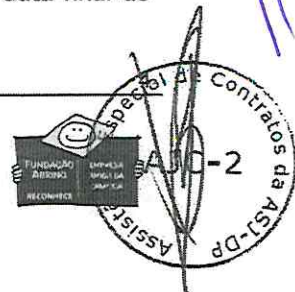
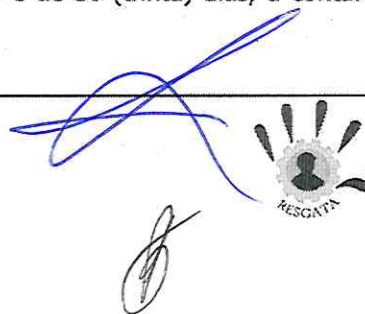
CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 21.992.400,00 (vinte e um milhões, novecentos e noventa e dois mil e quatrocentos reais)**, em parcelas de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material correspondente a cada parcela, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ _____ (valor por extenso)".

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento, de cada parcela.



PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUARTO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUINTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO SEXTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

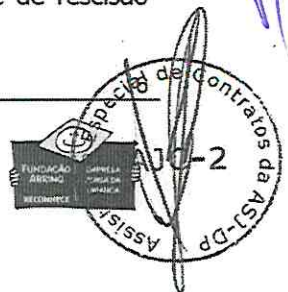
PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Se o valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.



PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA CONTRATUAL

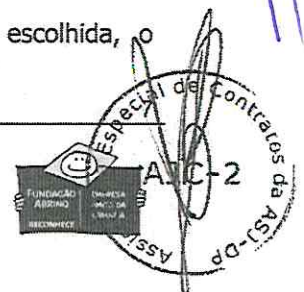
PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do Art. 56 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

PARÁGRAFO QUARTO: A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:



- I. Todos os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- II. Multas punitivas aplicadas à **CONTRATADA**;
- III. Prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEXTO: A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Se a contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básicos**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

PARÁGRAFO OITAVO: A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

PARÁGRAFO NONO: A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo X do Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE** constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;

b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;

c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

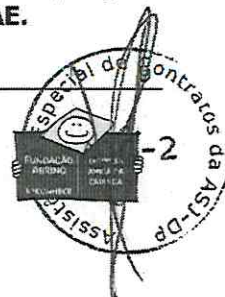
PARÁGRAFO ÚNICO: As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ nº 262/2014.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

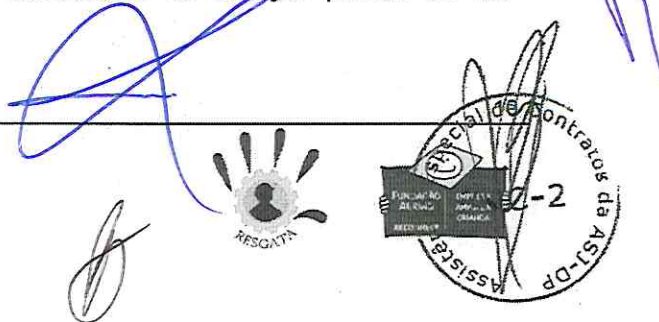
CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;



d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou

e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à **CEDAE**, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

PARÁGRAFO QUARTO - A comunicação imediata à **CEDAE** de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da **CEDAE**, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO- As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações
com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


JOÃO CESAR SCHWARZ DE FREITAS
Diretor


**ANDERSON AZEVEDO DE LOPES
ASSUMPTÃO**
Diretor

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-KATRIUM-INDÚSTRIAS-QUÍMICAS-aquisição-de-cloro-liquefeito-em-cilindro-e-carreta-PE-370-2018-VBQ.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo 01 ao Contrato nº 06/2017/UE/RJ. **PARTE:** UE/RJ e empresa BRACA & NOVAES LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. **OBJETO:** Acréscimo do quantitativo referente ao objeto em questão. **VALOR MENSAL:** R\$ 8.731,92. **DATA DA ASSINATURA:** 20/12/2018. **FUNDAMENTO DO ATO:** Proc. nº E-26/007/4926/2016.

Id: 2154511

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo 07 ao Contrato nº 338/2013/HU-PE/UE/RJ. **PARTE:** UE/RJ e PONTOSIT SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA EPP. **OBJETO:** Prorrogação, excepcional, por mais 02 meses, o prazo de vigência contratual, contados de 11/12/2018 a 10/02/2019, ou até a realização da nova licitação. Dá-se a este Termo Aditivo o valor de R\$ 1.107.886,81. **DATA DA ASSINATURA:** 10/12/2018. **FUNDAMENTO DO ATO:** Processo HUPE nº 4019/2012.

Id: 2154512

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo 03 ao Contrato nº 51/2015/HU-PE/UE/RJ. **PARTE:** UE/RJ e a Empresa ABORGAMA DO BRASIL LTDA. **OBJETO:** Fica prorrogado, por 12 meses, o prazo de vigência contratual, contados de 20/11/2018 a 19/11/2019. Dá-se a este Termo Aditivo o valor de R\$ 1.107.886,81. **DATA DA ASSINATURA:** 05/11/2018. **FUNDAMENTO DO ATO:** Proc. nº E-26/008/1152/2015. *Omitido no D.O. de 22/11/2018.

Id: 2154513

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo 04 ao Contrato nº 55/2014. **PARTE:** UE/RJ e a Empresa VILMA RAMOS COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA. **OBJETO:** Fica prorrogado, por 12 meses, o prazo de vigência contratual, contados de 12/11/2018 a 11/11/2019. Dá-se a este termo aditivo o valor de R\$ 127.500,00. **DATA DA ASSINATURA:** 09/11/2018. **FUNDAMENTO DO ATO:** Proc. nº E-26/007/7422/2014. *Omitido no D.O. de 21/11/2018.

Id: 2154514

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA

EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Divest nº 073/2018. **PARTE:** Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro-FAETEC e a TWIST - TUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA. **OBJETO:** Cooperação recíproca, visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas relacionadas ao estágio curricular dos alunos da FAETEC, conforme Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

DATA DE ASSINATURA: 18/12/2018. **PRAZO:** 60 (sessenta) meses, contados da data de sua publicação. **VALOR:** SEM ÔNUS.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.788/08, Lei Estadual nº 287/79 e Decreto Estadual nº 3.149/80. **PROCESSO ADMINISTRATIVO** nº E-26/005/10304/2018

Id: 2154515

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Divest nº 074/2018. **PARTE:** Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro-FAETEC e a MD 188 PRESTADORA DE SERVIÇO DE GESTÃO COMERCIAL LTDA.

OBJETO: Cooperação recíproca, visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas relacionadas ao estágio curricular dos alunos da FAETEC, conforme Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

DATA DE ASSINATURA: 18/12/2018. **PRAZO:** 60 (sessenta) meses, contados da data de sua publicação. **VALOR:** SEM ÔNUS.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.788/08, Lei Estadual nº 287/79 e Decreto Estadual nº 3.149/80. **PROCESSO ADMINISTRATIVO** nº E-26/005/103258/2018.

Id: 2154536

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Doação de Bens Móveis 001/2018. **PARTE:** Fundação de Apoio à Escola Técnica-FAETEC e a RIO-SOLIDÁRIO - Obra Social do Rio de Janeiro. **OBJETO:** Doação de bens móveis baixados na forma de sucata com finalidade para transformação em fundo social para prestação de assistência à população carente.

DATA DE ASSINATURA: 27/08/2018. **PRAZO:** Imediato. **VALOR:** R\$ 698.989,73 - valor de incorporação.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 287/79 e Decreto nº 43.301/11. **PROCESSO ADMINISTRATIVO** nº E-26/005/2602/2016

*Omitido no D.O. de 30/08/2018.

Id: 2154673

Secretaria de Estado de Transportes

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO
E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2016. **PARTE:** CODERTE e EMPRESA TELEFONICA BRASIL S/A. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato. **VALOR GLOBAL:** R\$ 67.958,00 (sessenta e sete mil novecentos e sessenta e oito reais). **DATA DE ASSINATURA:** 20/12/2018. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 24 (vinte e quatro) meses. **DATA DE INÍCIO:** 18/12/2018. **DATA TÉRMINO:** 17/12/2020. **FUNDAMENTO DO ATO:** Lei nº 8.666/93, Art. 57, II. **PROCESSOS** Nº E-10/004/1243/2015 e E-10/004/100033/2018.

Id: 2154495

Secretaria de Estado do Ambiente

EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: Termo de Compromisso de Restauração Florestal nº 019/2018. **PARTE:** Secretaria de Estado do Ambiente SEA, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a empresa FRIGORÍFICO JABURU LTDA. **OBJETO:** O presente TERMO tem por objeto estabelecer a compensação de restauração florestal em uma área de 0,590808 ha, conforme apurado no processo administrativo nº E-07/002/2813/2016, consistente em reposição florestal prevista no § 1º do artigo 17 da Lei Federal nº 11.428/2006, em consonância com o disposto na Lei Estadual nº 6.572/2013, regulamentada pela Resolução Conjunta SEAINEA nº 630/2016, referente à supressão de vegetação de Mata Atlântica por parte da COLPROMISSADA, especificamente no que diz respeito ao depósito da quantia de R\$ 45.373,34 (quarenta e cinco mil trezentos e setenta e três reais e trinta e quatro

centavos), em razão da conversão da obrigação de fazer em obrigação de depositar o recurso da compensação florestal no mecanismo financeiro de restauração florestal de restauração florestal, em conformidade com o § 2º do artigo 3º, c/c o artigo 3º-B da Lei Estadual nº 6.572/2013. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste TERMO é de 6 (seis) meses, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo. **DATA DE ASSINATURA:** 18/12/2018. **FUNDAMENTO LEGAL:** Processo nº E-07/002.102416/2018.

INSTRUMENTO: Termo de Compromisso de Restauração Florestal nº 022/2018. **PARTE:** Secretaria de Estado do Ambiente SEA, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a empresa FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - UTE SANTA CRUZ. **OBJETO:** O presente TERMO tem por objeto estabelecer a compensação consistente em reposição florestal prevista no § 1º do artigo 17 da Lei Federal nº 11.428/2006, em consonância com o disposto na Lei Estadual nº 6.572/2013, regulamentada pela Resolução Conjunta SEAINEA nº 630/2016, referente à supressão de vegetação de Mata Atlântica por parte da COLPROMISSADA, especificamente no que diz respeito ao depósito da quantia R\$ 1.535,97 (hum mil quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e sete centavos). **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste TERMO é de 6 (seis) meses, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo. **DATA DE ASSINATURA:** 13/12/2018. **FUNDAMENTO LEGAL:** Processo nº E-07/002.105555/2018.

Id: 2154499

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato INEA nº 54/2018. **PARTE:** INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE e AMBIENTAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. **OBJETO:** Prestação de serviços de desinsetização, desratização e descupinização. **VALOR:** R\$ 1.648,00 (mil seiscentos e quarenta e oito reais). **DATA DA ASSINATURA:** 26/12/2018. **PRAZO:** 12 (doze) meses a partir de 26/12/2018 desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no DOE/RJ. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 8.666, de 21/08/1993. **PROCESSO** Nº E-07/002.13973/2017.

Id: 2154717

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajustamento de Conduta (TAC/INEA/10/18). **PARTE:** Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a empresa Auto Posto Centro do Libano Ltda. **OBJETO:** Estabelecer os prazos e condições para que a Compromissada promova, fiel e integralmente, a título de conversão de multa em prestação de serviço ambiental, o apoio ao Projeto, INEA/11/18 - "Manutenção da Estação Móvel de Monitoramento da Qualidade do Ar - Fase 1", aprovado no Banco de Projetos Ambientais (BPA) do INEA, na 391ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais, dia 01/01/18, conforme estabelecido neste TAC, e no Plano de Ação anexo. **VALOR:** R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais). **PRAZO:** 90 (noventa) dias a contar da data de sua assinatura. **DATA DA ASSINATURA:** 21 de dezembro de 2018. **PROCESSO ADMINISTRATIVO** Nº E-07/002.10151/15.

Id: 2154659

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Distrato INEA nº 02/2018. **PARTE:** INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA e a empresa G&S S/A - REPELÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS. **OBJETO:** Resilição do Contrato INEA nº 20/2018, a contar da data de assinatura. **DATA DA ASSINATURA:** 26 de dezembro de 2018. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 79, II, da Lei nº 8.666/1993. **PROCESSO** Nº E-07/002.4553/2018.

Id: 2154712

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EDITAIS

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a Notificação nº SUPMANOT/01101740.

CONVOCA:

NOME: Marlim Azul Comércio de Petróleo e Derivados LTDA. **CNPJ/CPF** Nº: 39.825.435/0004-53. **ENDEREÇO:** Estrada Hildebrando Alves Barbosa, S/N, área 03, lote 11 - Parque Aeroporto - Macaé - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 15 dias para tomar ciência do termo de notificação, à Rua Punta Del Este, nº187 - Cavaleiros - Macaé - RJ. O procedimento administrativo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art.14, § 4º, da Lei nº 3.467, de 14/09/2000, torna público que em 18/04/2017, emitiu a notificação nº SUPRIDNO/01078719 à José Lino da Silva, informando que o procedimento administrativo nº E-07/002.2813/2016, referente ao indeferimento de impugnação.

CONVOCA:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: José Lino da Silva. **CNPJ/CPF** Nº: 517.888.617-87. **ENDEREÇO:** Rua Acre, 15, Município Nova Friburgo.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art.14, § 4º, da Lei nº 3.467, de 14/09/2000, torna público que em 30/11/2018, emitiu a notificação nº SUPRIDNO/01101513 à Alexandre Tomas da Silva, informando que o procedimento administrativo nº E-07/002.8423/2015, referente a Autorização Ambiental para Supressão de Vegetação.

CONVOCA:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Alexandre Tomas da Silva. **CNPJ/CPF** Nº: 128.308.338-07. **ENDEREÇO:** Rua José Rodrigues dos Santos - Lotes 18, 19, 20 e 21 - Município Cordeiro.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração nº SUPMAEIA/00147726, emitido com a Sanção de MULTA SIMPLES, no valor de R\$ 8.864,62, em 06/02/2017, com enquadramento no artigo 44 C/C 64 da mesma Lei. **Processo** nº E-07/002.1419/2017.

CONVOCA:

NOME: Vitor de Souza Barcelos. **CNPJ/CPF** Nº: 960.648.977-91. **ENDEREÇO:** Estrada da Barra do Furado, S/N, Fazenda Pitangas, Quissamã/RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 15 dias para tomar ciência do processo, à Rua Punta Del Este, nº187 - Cavaleiros - Macaé - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

Id: 2154715

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO designadas pela Portaria INEA/PRES nº 747, de 30 de novembro de 2017, do Instituto Estadual do Ambiente-INEA torna público que fará realizar o pregão abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO 051/2018

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)".

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL. **DATA DE INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 28/12/2018, ÀS 09:00 HORAS.

DATA LIMITE PARA ACOELHIMENTO DAS PROPOSTAS: 14/01/2019,

ÀS 10:45 HORAS. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 14/01/2019, ÀS 10:50 HORAS.

DATA E HORÁRIO DO PREGÃO: 14/01/2019, ÀS 11:00 HORAS.

PORTAL: www.compras.rj.gov.br.

AQUISIÇÃO: O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 02 (dois) resmas de papel A4, na Avenida Venezuela, nº 110 - Sala 404 - Saúde - Rio de Janeiro - RJ - no horário de 10:00 às 12:00 e de 14:00 às 16:00 de segunda à sexta-feira.

INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter informações sobre o edital no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9430.

Id: 2154714

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBGEISA/00151947

NOME: Easal Empresa de Supermercados Angra Ltda. **CNPJ/CPF** Nº: 28.500.627/0003-92. **ENDEREÇO:** Parque das Palmeiras, S/N Quadra 02 - Lote 47/50 - Jardim Balaia. **MUNICÍPIO:** Angra dos Reis - RJ. **INFRAÇÃO:** Auto lavrado pelo não cumprimento ao item 01 constante na notificação SUPBIGNOT/01072865. **ENQUADRAMENTO:** Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** R\$ 1.367,11. **PROCESSO** Nº E-07/002.14029/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00151001

NOME: Orly Glass Piscinas Ltda. **CNPJ/CPF** Nº: 03.010.339/0001-67. **ENDEREÇO:** Rua Padre Afonso Rodrigues. **MUNICÍPIO:** São Gonçalo - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 88 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa - Simples R\$ 23.516,88. **PROCESSO** Nº E-07/002.6188/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00150934

NOME: Sociedade Michelin de Participações Indústria e Comércio Ltda. **CNPJ/CPF** Nº: 50.567.288/0007-44. **ENDEREÇO:** Estrada da Cachorra, 5.000. **MUNICÍPIO:** Rio de Janeiro - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 83 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 37.685,31. **PROCESSO** Nº E-07/002.14028/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00151638

NOME: Newton de Almeida. **CNPJ/CPF** Nº: 358.587.617-04. **ENDEREÇO:** Rua Izellina Moura, 672. **MUNICÍPIO:** Nova Friburgo - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Suspensão parcial ou total das atividades. **PROCESSO** Nº E-07/002.6188/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMAEIA/00151781

NOME: Itaprestel Serviços Gerais LTDA-ME. **CNPJ/CPF** Nº: 04.108.709/0001-66. **ENDEREÇO:** Rua José Recoder, 124, lote 04 - Parque Aeroporto. **MUNICÍPIO:** Macaé. **INFRAÇÃO:** Artigo 87 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Advertência. **PROCESSO** Nº E-07/03073/2010.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMAEIA/00151773

NOME: S.S. França Dedetização ME. **CNPJ/CPF** Nº: 10.840.210/0001-41. **ENDEREÇO:** Rua Professora Vanilde Natalino de Mattos, 26 - Barra. **MUNICÍPIO:** Macaé. **INFRAÇÃO:** Artigo 87 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Advertência. **PROCESSO** Nº E-07/002.106279/2018.

Id: 2154711

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CDEAE nº 175/2018 (DF). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CDEAE - e a GR INDÚSTRIA COMÉRCIO E TRANSPORTES DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CLORO LIQUEFEITO EM CILINDROS E CARRETAS PARA AS ETAS GUANDU, LARANJAL, TUNEL IV E INTERIOR.

PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias. **VALOR TOTAL:** R\$ 5.699.376,00 (cinco milhões, seiscentos e noventa e nove mil trezentos e setenta e seis reais).

DATA DE ASSINATURA: 17/12/2018. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.773/2017 (Pregão Eletrônico nº 370/2018).

Id: 2154705

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CDEAE nº 176/2018 (DF). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CDEAE - e a KATRIUM INDÚSTRIAS QUÍMICAS S/A.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CLORO LIQUEFEITO EM CILINDROS E CARRETAS PARA AS ETAS GUANDU, LARANJAL, TUNEL IV E INTERIOR.

PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias. **VALOR TOTAL:** R\$ 21.992.400,00 (vinte e um milhões, novecentos e noventa e dois mil e quatrocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 17/12/2018. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.773/2017 (Pregão Eletrônico nº 370/2018).

Id: 2154706

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

* **INSTRUMENTO:** CONTRATO CDEAE nº 130/2018 (DE). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CDEAE - e as empresas reunidas através do CONSÓRCIO ACQUA RIO MEDIÇÃO.

OBJETO: OPERAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE LEITURA, MEDIÇÃO, FATURAMENTO E ARRECADAÇÃO, COM GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO DE AÇÕES COMERCIAIS EM TODA ÁREA DE CONCESSÃO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CDEAE - LOTE 1 - ÁREA A (REGIÃO METROPOLITANA).

PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias. **VALOR TOTAL:** R\$ 17.194.960,46 (dezessete milhões, cento e noventa e quatro mil novecentos e sessenta reais e quarenta e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 26/10/2018. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.644/2018 (DL nº 008/2018 - DE).

* Omitido no D.O. de 29/10/2018.

Id: 2154929

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

* **INSTRUMENTO:** CONTRATO CDEAE nº 131/2018 (DE). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CDEAE - e as empresas reunidas através do CONSÓRCIO MÓDULO.

OBJETO: OPERAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE LEITURA, MEDIÇÃO, FATURAMENTO E ARRECADAÇÃO, COM GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO DE AÇÕES COMERCIAIS EM TODA ÁREA DE CONCESSÃO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CDEAE - LOTE 1 - ÁREAS 'B' (ZONA OESTE/COSTA VERDE) E 'C' (BAIXADA FLUMINENSE).